

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS  
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR  
27/02/2025**

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 14h00m, em formato Híbrido, através de videoconferência, com acesso pelo *link* encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Justiça e Cidadania**, Titular — Jane Cristina Lobato Alves e Suplente, Evlyn Gamra; **Casa Civil**, Titular — Douglas Novelli; **Secretaria de Estado da Educação**, Titular — Gizele Cristiana; **Secretaria de Estado da Segurança Pública**, Suplente — Rafael Schultz; **Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**, Titular – Lenir Aparecida Mainardes da Silva; **Secretaria do Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**, Suplente – Mayara Gabriela; **Secretaria de Estado da Cultura – SEEC**, Titular – Marcos Coga; **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF**, Titular: Silberto Cardoso **Conselheiros da Sociedade Civil:** **Serviços Pastoral dos Migrantes Curitiba**, Titular — Adriana Matias; **Conselho Regional dos Serviços Social (CRESS)**, Titular — Vilma Franco, **Pastoral Migrante Francisco Beltrão**, Titular — Rosane Aparecida da Silva Pereira; **Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRESS/PR)**, Titular — Clefaude Estimable; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras**: Titular — Rockmillys Basante Palomo e Suplente, Aieda Muhieddine; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa**: Titular – Gislaíne da Rosa; **Demais participantes da reunião:** Lisandra Silvério (CODIHC/SEJU); Gilberto Augusto Gibala Lopes (COIDHC/SEJU); Fabiane Mesquita (UFPR); Patrícia Bellé (PMC/SMDH); Barbara Matute (Irmandade sem Fronteiras); Eduardo Mizzoni (Irmandade sem Fronteiras); Juliana Souza (PUCPR); Talita Borges (CPDJ/SEDEF); José Rodrigues (UMIGRAM); Roberta Zambenedetti (SUDIS); Leoncio Santiago (CRAS); Luisis (Instituto Autênticos Brasil); **Justificativas de Ausência:** Suelen Glinski, Marcia Terezinha e Francisco Javier **1. Abertura:** A princípio, Douglas

saudou todos (as) e deu início à chamada nominal para registro em ata. Logo após, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **2. Aprovação de Pauta:** Primeiramente, foi solicitada pela Vilma Franco adicionar na pauta a Inclusão de senha de Atendimento Preferencial na Polícia Federal de Curitiba. A seguir, Douglas colocou a pauta e suas respectivas inclusões em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovadas. **3. Aprovação de Ata da Reunião Ordinária de Outubro e Dezembro de 2024:** Todos receberam as Atas nos seus e-mails este mês e todos aprovaram sem ressalvas. **4. Informes da Secretaria-Executiva:** Lisandra informa que recebemos uma correspondência de uma denúncia sobre uma matrícula que estava sendo recusada em uma escola no Tatuquara e que a vaga para a criança foi liberada e finalizando que foi a única correspondência da Secretaria **5. Informes dos Conselheiros:** Rockmillys informa sobre parcerias com empresas que empregou mais de 60 migrantes e que uma dessas empresas não é somente do Paraná mas do Brasil inteiro, que os mesmos ficaram satisfeitos com as contratações e pedem contatos de migrantes de outras nacionalidades para incluir na empresa. Outro informe inaudível. **6. Aprovação Relatório Circunstanciado:** Douglas passa a palavra à Lisandra para apresentar o Relatório, a mesma passa rapidamente na tela para não tomar tempo da reunião e informa que todos receberão o documento via e-mail para melhor detalhamento. Douglas informa que na próxima reunião será feita a aprovação formal do relatório circunstanciado. Por fim, foi solicitado pela Evlyn a inclusão no relatório sobre chegada dos Brasileiros repatriados que residiam no Líbano que chegaram em São Paulo e todo o procedimento foi acompanhado pela SEJU. **9. A atual situação de inclusão de migrantes e refugiados no BPC:** Adriana informa sobre demandas que vem recebendo quanto o acesso ao benefício, quanto as dificuldades enfrentadas pelas entidades que lidam com o BPC, enfatiza que passou o e-mail do CERMA para que esses órgãos que estão na base entrem em contato para falar sobre suas dificuldades e destaca o Leoncio, representante do CRASS Guaraituba – Colombo que fala a seguir. Leoncio então saúda a todos, e traz atualizações sobre migrante venezuelana com o filho. Diz que fez a solicitação do benefício por ligação, pois ao que aparentava a família havia tentado de forma

online e que durante a resolução por ligação foi informado que foi travado a requisição do BPC por falta do cadastramento biométrico, Leoncio informa que se trata de uma família de migrantes e que os mesmos não apresentam Carteira de Registro Nacional, Título de Eleitor e Carteira Nacional de Habilitação e que não é possível realizar a cadastramento biométrico. O atendente então informou que seria necessário um atendimento presencial dessa família para apresentar a Carteira Nacional de Registro Migratório, Leoncio então aponta que já seria então possível a perícia juntamente com a apresentação do documento e o atendente informa que não e seria somente a apresentação do documento. Leoncio informa que então o atendimento presencial da família ficou para a primeira sexta-feira de março e que irão acompanhar o caso para saber se o pedido será deferido ou não e demonstra o quão moroso é o processo. Roberta, então pede a palavra e informa que na região onde trabalha (no CIC) há um volume muito relevante de migrantes e que não houve nenhuma aprovação de BPC para os mesmos e que estão com os status de aguardando CRNM, foi buscado orientação com a Polícia Federal que demonstrou irritação com a procura do CRASS devida a quantidade de vezes que o órgão foi acionado para sanar as dúvidas, e também mostrou sua insatisfação em como o Sistema da Polícia Federal não é ligado a outras plataformas da banco de biométricos do Estado e como é insatisfatório para ela não poder ajudar na garantia do benefício principalmente para idosos e pessoas com deficiência (PCD). Adriane, então prossegue na fala agradecendo ao Leoncio e a Roberta sobre os relatos e que as queixas que chegam até ela são muito semelhantes. Adriane demonstra insatisfação com a falta de informação de algumas instituições e que pede para analisar de forma emergencial um fluxo para esse processo de solicitação do benefício por migrantes que passam por essa situação para que as pessoas não fiquem sem respostas. Douglas relembra que no ano anterior foi emitida uma Portaria do INSS em conjunto com Ministério de Desenvolvimento Social sobre novas regras para acesso ao BPC, com o intuito de evitar fraudes segundo justificativas e passaram a exigir o cadastro biométrico que poderia vir de três documentos: Registro Geral, Título de Eleitor e Carteira Nacional de Habilitação que faz com que migrantes não possam ter acesso ao benefício e haja ferimentos contra

algumas leis, entre elas a da Assistência Social, e por esses motivos o CERMA oficiou o INSS e o Ministério e que houve um representante do Ministério na reunião de Dezembro que prometeu que esse assunto seria tratado em uma reunião feita em conjunto com o INSS e o Ministério para buscar soluções e o CERMA não obteve retorno a partir disso, respondendo o questionamento anterior da Adriana. Logo em seguida Douglas passa a fala para Lídia para atualizar sobre o processo. Lídia então saúda a todos e traz o posicionamento da DPU, onde afirma que o problema seria na Portaria que alterou a lei 14.963/2024 que estabelecia apenas o registro biométrico e o que a defensoria fez foi que o Núcleo de Direitos Humanos entrou com uma CP de âmbito nacional visando compelir que o INSS e a União aceitem o Registro Nacional Migratório como documento válido, pois se existe esse registro biométrico pela União, por que não compartilhar com o INSS para que seja possível a concessão do BPC, porém ainda está em tramite, que não tem ainda um respaldo, e a orientação na Defensoria Pública é que todo migrante os procure com essa negativa administrativa, a Defensoria entrará com ação e uma medida de segurança visando impedir o acesso ao direito. Ela também lembra que essa orientação serve somente para cidades onde tenham sedes da Defensoria Pública e conclui o pronunciamento. Douglas agradece a Lídia e passa a palavra para a conselheira Vilma. Vilma, então toma a palavra para informar sobre o BPC, onde teve dois CRASS que conseguiram dar entrada no benefício para idoso e que também recebe muito pedidos do benefício para pessoas migrantes, que não consegue dar continuidade e que está aguardando retorno de um pedido onde foi solicitado a anexação do documento. Também traz questionamento sobre crianças que nasceram no Brasil filhos de migrantes, tem deficiência e que não consegue dar entrada porque os pais não tem cadastro biométrico. Também, muitos idosos que não conseguem dar entrada e que estão buscando advogados e sendo enganados pelas entidades e conclui a fala. Então, Rosane fala que participou da última reunião sobre o BPC, parabenizou o olhar humanizado do Leoncio e da Roberta pois acompanha situações em que o migrante não tem esse acolhimento no CRASS e reafirma o que foi abordado pelos participantes anteriormente. Leoncio então acrescenta que o no site do MDS continua informação que o benefício é somente

para brasileiro nato. Priscila estava inaudível, então Douglas repete seu questionamento sobre a obrigatoriedade do acesso por via biométrica tem sido solicitado somente ao BPC ou são todos os benefícios essa dificuldade e pede para o representantes do CRASS para manifestar a respeito. Foi obtido por uma das representantes que nenhum migrante deu entrada a outro benefício. Deu-se continuidade. Douglas então pontua que já foi oficiado o INSS e o Ministério e que não deu nenhum resultado satisfatório, porém a manifestação do Conselho não passou despercebida pelos órgãos notificados pois foi obtido um retorno e um representante compareceu a reunião do CERMA para achar dentro da medida do possível e o que era institucionalmente permitido dar uma explicação ao conselho, então é solicitado que seja encaminhado novamente um ofício ao INSS e ao Ministério demonstrando que um ato que foi levado até eles continua ocorrendo, só que agora ao invés de somente o Conselho se manifestar, que outras entidades subscrevessem uma carta com o mesmo ofício, incluindo o Gabinete da Presidência da República, e Douglas se comprometem a levar esse ofício a outros comitês para convidar a participar dessa notificação. Rockmilys manifestou apoio em nome da Irmandade. Gregório então toma a palavra e aproveita o momento para pedir o estabelecimento do mandado de segurança coletiva, pois a Portaria viola artigos da Constituição Federal e estatutos que o Brasil. Nenhuma das duas proposta houve ressalvas, aprovado. Douglas também insere uma sugestão paliativa ao conselho que é marcar uma reunião para a formação de um grupo de trabalho e juntar todos os encaminhamentos e negativas recebidas para a DPU e já deixar o Ministério Público ciente do que acontece. Proposta sem nenhuma ressalvas, aprovado. Pauta finalizada.

**7. Eleições Sociedade Civil – Formação Comissão Eleitoral:** Douglas, pede a Jane manifestação. Jane, saúda a todos e informa que o edital será aberto e que será preciso de uma comissão eleitoral para eleger os novos representantes do CERMA e que então precisa de voluntários, sendo três conselheiros da sociedade civis e três representantes governamentais e os especialistas que são o Ministério Público e Defensoria pública. Jane pede manifestarão de quem quiser participar e fala do regimento interno para sanar dúvidas. Douglas então toma a palavra e

questiona a Jane se os membros da Sociedade Civil que participarem da comissão poderão ser elegíveis também e Jane informa que conforme regimento interno essa informação é omissa e que seria uma deliberação do conselho. Então, Aieda da OAB, a Irmandade Sem Fronteiras e o Ministério Público participarão da comissão da eleição. Lena pede a palavra e fala que foi solicitado para rever o regimento em relação a exigência de dois a três anos da existência do CNPJ da entidade civil, então pergunta se é possível fazer a revisão antes da eleição, e também fala que foi solicitado como deliberação que fosse juntado a conferência com a eleição com mandato menor para coincidir os dois e pergunta se alguém tem mais informação. Douglas, então retifica que no artigo 11 do regimento a diz que a comissão será formada por 5 (cinco) conselheiros sendo 3 (três) representantes governamentais e 2 (dois) representantes da sociedade civil que não estejam ligados a entidades que estão concorrendo ao pleito, então pede para a Irmandade Sem Fronteiras retirar sua convocação. Também, acrescenta que não teria como realizar eleição durante a conferência estadual realizada no ano anterior e por isso foi definido que as eleições iam ser tratadas conforme os outros conselhos que não tem Conferência, afirma a necessidade da alteração do regimento interno, porém não há tempo hábil para os trâmites e que referente à exigência do CNPJ ter dois a três anos de existência propõe que a decisão fique a cargo da comissão eleitoral. Rockmilys então fala que é um tema muito complicado e reflete que o CERMA tem que ser reestruturado para a realidade, pois o conselho necessita de mais variedade da Sociedade Civil que lutam pela causa. Douglas, toma a fala e agradece a fala de Rockmilys. Elizete então pede para levar em consideração que a Sociedade Civil sempre levou em preocupação a representação do interior do Estado e pede que esse cuidado seja considerado nessa eleição. Então, Douglas confirma a composição da Comissão da eleição, sendo os representantes governamentais, a Casa Civil e a Secretária da Justiça e os representantes da Sociedade Civil o Ministério Público e ainda há confirmar a Cáritas Paraná, caso a participação deles seja declinada a Defensoria Pública assumirá a representação. Já o segundo ponto sobre o artigo 11 do regime interno, é definido que para a próxima reunião será solicitado um parecer jurídico ao

ministério público, e a plenária vota numa interpretação para o artigo. Não houve ressalvas, aprovado.

#### **10. Reestruturação da Comissão Permanente de Denúncias e Garantias de**

**Direitos:** Douglas então explica que o regimento interno é composto de 4 (quatro) comissões permanentes e que o CERMA não tem possibilidades de manter as, mas a comissão de denúncia e garantia de direitos precisam ser mantidas devido ao aumento de migrações e conseqüentemente, o aumento das denúncias de xenofobia para dar prosseguimento adequado aos casos e realizar o acompanhamento e pede abre espaço para as Sociedades Cívicas e as Secretarias do Estado a se habilitarem a participarem da Comissão em específico. São inaudível. São definidos a Irmandade sem fronteiras, CRP como membros da Sociedade Civil e a SEJU e a Casa Civil como membros governamentais da Comissão permanente de denúncias e Garantias de Direitos. Douglas aconselha que a Comissão se reúna mensalmente, e se necessário reuniões extraordinárias e definir em reunião quem ocupará a cadeira de relator e a cadeira de presidente.

**11. Informes Gerais:** Vilma então acrescenta duas pautas sobre um idoso que necessita de uma carteirinha de deficiente e não consegue auxílio para solicitá-lo e a necessidade de haver senha preferencial no atendimento da Polícia Federal. Elizete então fala que é um absurdo a Polícia Federal não oferecer senha preferenciais e pede apoio a DPU para fazer um levantamento de como é feito em outros espaços delegacias PF no Estado para fazer com que a lei seja cumprida. Douglas questiona ao Conselheiros do interior se o procedimento é o mesmo e os mesmos não tem informações sobre isso. Aieda levanta a sugestão de fazer um mapeamento do atendimento na Polícia Federal; Douglas sugere um encaminhamento de ofício às delegacias da PF para pedir informações sobre o funcionamento, sem ressalvas, aprovado. E para Curitiba, foi solicitado um ofício para a inclusão da senha preferencial. Patrícia então toma a palavra e fala que Curitiba está repaginando e criando novas secretarias estão se adaptando a novas demandas e a Assessoria de migrantes passa a ser com a Secretaria de Desenvolvimento Humano. Também fala da documentação da pessoa com deficiência e que de fato ainda não havia acontecido este caso em Curitiba, foi entrado em contato com São Paulo para saber

como foi feito e que o mais adequado seria procurar a Defensoria Pública como será feita o encaminhamento e ainda está em trâmite. Aieda acrescenta que foi comentado no grupo de Whatsapp sobre uma matéria sobre atendimento a migrantes sem documentação e que na prática é diferente e que é necessário levar a informação correta. Jane, então complementa o ponto sobre a carteirinha de deficiência, e diz que vai conversar com a SEDEF para verificar qual a possibilidade e documentos necessários e que na próxima reunião vai trazer esse ponto novamente. Douglas, então replica o questionamento da Patrícia sobre quais serviços os migrantes estão com problemas para acessar dentro do Município de Curitiba sem documentação. Aieda informa que há migrante não consegue ser atendido sem sistema de saúde para vacinação e que passa para buscar orientação no Ministério Público, Rockmillys então fala que não se deve ver esses casos trazidos de forma generalizada pois a Secretaria de Saúde trouxe dados do aumento do volume de migrantes acessando a Rede de Saúde Pública e que na verdade depende do funcionário que está a frente do atendimento pois há muito desconhecimento da lei migratória. Vilma diz que enfrenta dificuldades no agendamento para famílias retirar documentos e até mesmo para marcar consultas e não se sabe se é por falta de empatia e ou desconhecimento. Rockmillys afirma que ainda infelizmente continuará assim e que esse trabalho de informação não pode ser feito somente por quem acolhe e sim por gente que vive a situação. Jane, acrescenta quando há a lista emergencial quando tem o envio dos nomes das pessoas e as mesmas não vão e que entende que existem contratempos, mas, mesmo assim, há funcionários e há funcionários. Patrícia fala que conforme a orientação da Secretaria da saúde e da secretaria da educação é atendimento a todos e que se há de fato esses relatos, falta campanhas de conscientização e o que ela pode orientar que quando o posto de saúde negar o atendimento o procedimento a ser feito é ligar no 156 e fazer uma denúncia pois a secretaria fica ciente dos acontecimentos. Douglas finaliza então concordando com todos os pontos apresentados.



**12. Encerramento:** Por fim, Douglas agradeceu a todos e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). A presente ata foi lavrada por Joicy Kelly Rodrigues.